

✓  
R



# Centro de Dia e Lar Nossa Senhora de Degolados

Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2022

## Índice

Balanço .....	3
Demonstração dos Resultados por Naturezas .....	4
Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios.....	5
Demonstração dos Fluxos de Caixa .....	7
Anexo .....	8
1. Identificação da Entidade.....	8
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras .....	8
3. Principais Políticas Contabilísticas.....	9
3.1. Bases de Apresentação .....	9
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	11
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	17
5. Ativos Fixos Tangíveis.....	18
6. Débito .....	19
7. Subsídios do Governo e apoios do Governo .....	19
8. Benefícios dos empregados .....	19
9. Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	20
10. Outras Informações.....	20
10.1. Clientes e Utentes .....	20
10.2. Diferimentos .....	21
10.3. Caixa e Depósitos Bancários .....	21
10.4. Fundos Patrimoniais.....	21
10.5. Fornecedores .....	22
10.6. Estado e Outros Entes Públicos.....	22
10.7. Outras Dívidas a Pagar .....	22
10.8. Fornecimentos e serviços externos.....	23
10.9. Outros rendimentos.....	23
10.10. Outros gastos .....	23
10.11. Resultados Financeiros.....	24
10.12. Acontecimentos após data de Balanço.....	24

## Balânco

## Centro de Dia e Lar Nossa Senhora de Degolados

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		Notas	Unidade Monetária	
RUBRICAS			Datas	Euros
			31-12-2022	31-12-2021
<b>Ativo</b>				
<b>Ativo não corrente</b>				
Ativos fixos tangíveis		5	782 526,32	873 094,22
Investimentos financeiros			12 299,54	9 989,91
	<b>Subtotal</b>		<b>794 825,86</b>	<b>883 084,13</b>
<b>Ativo corrente</b>				
Inventários			1 866,45	1 285,57
Créditos a receber		10.1	3 796,56	3 148,97
Estado e outros Entes Públicos		10.6	2 196,38	1 199,95
Outros Ativos Correntes			271,01	483,08
Diferimentos		10.2	4 245,05	4 534,29
Caixa e depósitos bancários		10.3	135 372,75	208 508,93
	<b>Subtotal</b>		<b>147 748,20</b>	<b>219 160,79</b>
<b>Total do Ativo</b>			<b>942 574,06</b>	<b>1 102 244,92</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>				
Fundos patrimoniais				
Fundos		10.4	2 106,42	2 106,42
Resultados transitados		10.4	(326 152,70)	(358 797,14)
Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais		10.4	745 053,95	807 909,72
			<b>(62 802,15)</b>	<b>32 664,44</b>
Resultado Líquido do período			<b>358 225,53</b>	<b>483 883,44</b>
<b>Total do fundo do capital</b>				
<b>Passivo</b>				
<b>Passivo não corrente</b>				
Financiamentos obtidos			423 873,22	469 145,60
	<b>Subtotal</b>		<b>423 873,22</b>	<b>469 145,60</b>
<b>Passivo corrente</b>				
Fornecedores		10.5	50 670,29	27 231,49
Adiantamentos de clientes		10.1	29 182,90	26 471,04
Estado e outros Entes Públicos		10.6	16 996,39	31 247,14
Outras passivos correntes		10.7	63 625,73	64 266,21
	<b>Subtotal</b>		<b>160 475,31</b>	<b>149 215,88</b>
<b>Total do passivo</b>			<b>584 348,53</b>	<b>618 361,48</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>			<b>942 574,06</b>	<b>1 102 244,92</b>

Campo Maior, 23 de Março de 2023

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Paulo Alexandre R. Poelras  
TOC N.º 86452

A DIRECÇÃO

Nuno Lopes

## Demonstração dos Resultados por Naturezas

## Centro de Dia e Lar Nossa Senhora de Degolados

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	NOTAS	Unidade Monetária: Euros	
		PERÍODOS	31-12-2022
Vendas e serviços prestados	6	442 218,70	382 273,84
Subsídios, doações e legados à exploração	7	362 403,79	379 762,99
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10.8	(83 008,69)	(69 789,09)
Fornecimentos e serviços externos	8	(126 550,56)	(120 953,66)
Gastos com o pessoal	10.9	(525 745,61)	(480 873,72)
Outros rendimentos	10.10	10 430,95	71 560,75
Outros gastos		(35 170,40)	(31 466,25)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>44 578,18</b>	<b>130 514,86</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(94 760,66)	(94 394,91)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>(50 182,48)</b>	<b>36 119,95</b>
Juros e gastos similares suportados	10.11	(12 619,67)	(3 455,51)
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>(62 802,15)</b>	<b>32 664,44</b>
Imposto sobre o rendimento do período			
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>(62 802,15)</b>	<b>32 664,44</b>

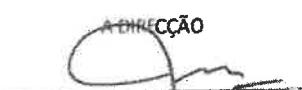
Campo Maior, 23 de Março de 2023

O CONTABILISTA CERTIFICADO



Paulo Alexandre R. Poeiras  
TOCN.º 86452

A DIREÇÃO



Nuno Lopes

## Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

### Centro de Dia e Lar Nossa Senhora de Degolados

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2021

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Total	Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados Transitados	Reservas legais	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período			
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2021	1	2.106,42	(338.450,27)	-	870.755,48	(20.346,87)	514.074,76	-	514.074,76
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Transferência de resultados do exercício para resultados transitados	2	-	(20.346,87)	-	-	20.346,87	20.346,87	-	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3	-	-	-	-	32.664,44	32.664,44	32.664,44	
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3	-	-	-	-	53.011,31	53.011,31	53.011,31	
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO									
Subsídios, doações e legados	5	-	-	-	(62.855,76)	-	(62.855,76)	-	(62.855,76)
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2021	6=1+2+3+5	2.106,42	(358.297,14)	-	807.906,72	32.664,44	488.883,44	-	488.883,44

Centro de Dia e Lar Nossa Senhora de Degolados

Av. Artur António Louro nº1

NIF: 501 628 525 - estatutos registados no D.R. nº 130 - 8 de Julho de 2005 Série III

DESCRIÇÃO	Fundos Patrimoniais atribuídos aos Instituidores da entidade-mãe						Total dos Fundos Patrimoniais	Interesses minoritários	Unidade Monetária: Euros
	Notas	Fundos	Resultados Transitzados	Reservas legais	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período			
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2022</b>		6	2.108,42	(358.797,14)	-	807.909,72	32.654,44	483.983,44	- 483.983,44
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>									
Transferida de resultados do exercido para resultados transitados		7	-	32.654,44	-	(32.654,44)	-	-	-
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>		8	-	-	-	(62.802,15)	(62.802,15)	(62.802,15)	(62.802,15)
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>		9=7+8	-	-	-	(62.802,15)	(62.802,15)	(62.802,15)	(62.802,15)
<b>OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO</b>		10	-	-	(62.855,76)	(62.855,76)	(62.855,76)	(62.855,76)	(62.855,76)
<b>POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2022</b>		6a748e10	2.108,42	(326.132,70)	-	745.053,96	(62.802,15)	358.225,53	- 358.225,53

Campo Maior, 23 de Março de 2023

O CORPO DIRETOR DE EXECUÇÃO

A DIREÇÃO

Paulo Alexandre R. Pousadas  
TOC N.º 86452

Nuno Lopes

Centro de Dia e Lar Nossa Senhora de Degolados  
Av. Artur António Louro nº1  
NIF: 501 628 525 - estatutos registados no D.R. nº 130 - 8 de Julho de 2005 Série III

## Demonstração dos Fluxos de Caixa

## Centro de Dia e Lar Nossa Senhora de Degolados

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		31-12-2022	31-12-2021
<b>Fluxos de caixa das actividade operacionais - método directo</b>			
Recebimentos de clientes e utentes		445 323,45	447 063,35
Pagamento a fornecedores		(186 701,33)	(183 523,63)
Pagamentos ao pessoal		(539 714,34)	(463 860,18)
Caixa gerada pelas operações		(281 092,22)	(200 320,46)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		267 840,95	236 867,69
Outros recebimentos/pagamentos		(13 251,27)	36 547,23
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)			
<b>Fluxos de caixa das actividade de investimento</b>			
Pagamentos respeitantes a:		(6 656,30)	(104,44)
Ativos fixos tangíveis			
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios ao investimento		4 663,44	4 663,44
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		(1 992,86)	4 559,00
<b>Fluxos de caixa das actividade de financiamento</b>			
Recebimentos provenientes de:			115 737,71
Financiamentos obtidos			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(45 272,38)	
Juros e gastos similares		(12 619,67)	(3 455,51)
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		(57 892,05)	112 282,20
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(73 136,18)	153 388,43
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		208 508,93	55 120,50
Caixa e seus equivalentes no fim do período		<b>135 372,75</b>	208 508,93

Campo Maior, 23 de Março de 2023

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Paulo Alexandre R. Poeiras  
TOC N.º 86452

A DIRECÇÃO

Nuno Lopes

## Anexo



## 1. Identificação da Entidade

O Centro de Dia Nª Sra. da Graça dos Degolados – Associação de Solidariedade Social, é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS com estatutos publicados no Diário da República n.º 130 de 08/07/2005 Série III e N.I.F. 501628525, com sede na Avenida Artur António Louro, n.º 1 em Degolados, distrito de Portalegre.

Tem como objeto dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e justiça entre indivíduos, desenvolvendo as seguintes atividades: Apoio às crianças e aos jovens; apoio à família; apoio à terceira idade; apoio à integração social e comunitária; assistência humanitária. A data em que as demonstrações financeiras estão autorizadas para emissão é 31 de Março de 2023.

Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela Direção.

## 2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2022 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março; e
- Normas Interpretativas (NI).

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

*h  
RP*

Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de Janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2012.

### **3. Principais Políticas Contabilísticas**

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

#### **3.1. Bases de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

##### **3.1.1. Continuidade:**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

##### **3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

### 3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

### 3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### 3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

### 3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.



### 3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

#### 3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade. As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As amortizações são calculadas numa base anual, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para a utilização para a finalidade pretendida, utilizando os seguintes métodos:

Métodos de amortização	2022	2021
Edifícios e outras construções	Linha Reta	Linha Reta
Equipamento básico	Linha Reta	Linha Reta
Equipamento de transporte	Linha Reta	Linha Reta
Equipamento administrativo	Linha Reta	Linha Reta
Outros ativos fixos tangíveis	Linha Reta	Linha Reta

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Taxas de amortização	2022	2021
Edifícios e outras construções	10	10
Equipamento básico	12.5 - 25	12.5 - 25
Equipamento de transporte	16.66 - 25	16.66 - 25
Equipamento administrativo	12.5 - 33.33	12.5 - 33.33
Outros ativos fixos tangíveis	12.5 - 25	12.5 - 25

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".



### 3.2.1. Bens do património histórico e cultural

Os "Bens do património histórico e cultural" encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta "Variações nos fundos patrimoniais"

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciáveis. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de permitir atividades presentes e futuras e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciáveis, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

### 3.2.2. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - Alterações no risco segurado;
  - Alterações na taxa de câmbio;
  - Entrada em incumprimento de uma das partes;
  - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
    - Alterações no preço do bem locado;
    - Alterações na taxa de câmbio
    - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

#### Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

#### Clientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

#### Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas neste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são despreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

#### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

#### Fornecedores e outras dívidas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras dívidas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

#### **3.2.3. Fundos Patrimoniais**

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.



### 3.2.4. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

### 3.2.5. Financiamentos Obtidos

#### Empréstimos obtidos

Os "Empréstimo Obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

Os "Encargos Financeiros" de "Empréstimos Obtidos" relacionados com a aquisição, construção ou produção de "Investimentos" são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.



### 3.2.6. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) "As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

*"A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:*

- a) *Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) *Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) *Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas."*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.



As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2018 a 2019 ainda poderão estar sujeitas a revisão

#### **4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:**

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas.



## 5. Ativos Fixos Tangíveis

A Entidade usufrui dos seguintes "Ativos Fixos Tangíveis":

31 de Dezembro de 2021					
	Saldo em 01-Jan-2021	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações
					Saldo em 31-Dez-2021
<b>Custo</b>					
Terrenos e recursos naturais	-				
Edifícios e outras construções	1 379 920,51	-			1 379 920,51
Equipamento básico	306 721,48	3 179,30			309 900,78
Equipamento de transporte	44 694,06				44 694,06
Equipamento biológico	-				-
Equipamento administrativo	53 170,02	52,68			53 222,70
Outros Ativos fixos tangíveis	23 425,83				23 425,83
Ativos fixos tangíveis em Curso	-				-
<b>Total</b>	<b>1 807 931,90</b>	<b>3 231,98</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1 811 163,88</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>					
Terrenos e recursos naturais	-	-			
Edifícios e outras construções	494 514,15	68 749,06			563 263,21
Equipamento básico	246 657,69	20 201,59	-		266 859,28
Equipamento de transporte	30 473,28	3 555,19			34 028,47
Equipamento biológico	-				-
Equipamento administrativo	50 174,80	1 273,07			51 447,87
Outros Ativos fixos tangíveis	21 854,83	616,00			22 470,83
<b>Total</b>	<b>843 674,75</b>	<b>94 394,91</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>938 069,66</b>
31 de Dezembro de 2022					
	Saldo em 01-Jan-2022	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações
					Saldo em 31-Dez-2022
<b>Custo</b>					
Terrenos e recursos naturais	-				
Edifícios e outras construções	1 379 920,51				1 379 920,51
Equipamento básico	309 900,78	4 192,76			314 093,54
Equipamento de transporte	44 694,06				44 694,06
Equipamento biológico	-				-
Equipamento administrativo	53 222,70				53 222,70
Outros Ativos fixos tangíveis	23 425,83				23 425,83
Ativos fixos tangíveis em Curso	-				-
<b>Total</b>	<b>1 811 163,88</b>	<b>4 192,76</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1 815 356,64</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>					
Terrenos e recursos naturais	-	-			
Edifícios e outras construções	563 263,21	68 749,06			632 012,27
Equipamento básico	266 859,28	21 045,02			287 904,30
Equipamento de transporte	34 028,47	3 555,19			37 583,66
Equipamento biológico	-				-
Equipamento administrativo	51 447,87	1 220,39			52 668,26
Outros Ativos fixos tangíveis	22 470,83	191,00			22 661,83
<b>Total</b>	<b>938 069,66</b>	<b>94 760,66</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1 032 830,32</b>

Nos períodos de 2022 e 2021, não foram registadas quaisquer perdas de imparidade.



## 6. Rérito

Para os períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes Réritos:

Descrição	2022	2021
Vendas	-	-
Prestação de Serviços	442 218,70	382 273,84
Quotas dos utilizadores	3 402,00	3 600,48
Mensalidades	434 697,10	374 959,56
Outros Serviços	4 119,60	3 713,80
Total	442 218,70	382 273,84

## 7. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2022	2021
Subsídios do Governo	268 949,25	262 249,82
CRSS	268 949,25	262 249,82
Apoios do Governo	8 830,35	9 035,29
Apoios Covid	382,47	587,41
Município Campo Maior	8 447,88	8 447,88
Total	277 779,60	271 285,11

Descrição	2022	2021
Subsídios de outras entidades	49 744,44	49 744,44
Donativos	34 879,75	58 733,44
Total	84 624,19	108 477,88

## 8. Benefícios dos empregados

Os órgãos diretivos da Entidade não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2022 foi de 36 e em 31/12/2021 foi de 34.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2022	2021
Remunerações ao Pessoal	420 567,79	380 634,36
Encargos sobre as Remunerações	94 201,47	85 168,11
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	4 679,22	4 631,32
Outros Gastos com o Pessoal	6 297,13	10 439,93
<b>Total</b>	<b>525 745,61</b>	<b>480 873,72</b>

## 9. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

## 10. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

### 10.1. Clientes e Utentes

Para os períodos de 2022 e 2021 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Clientes e Utentes c/c	3 796,56	3 148,97
Clientes	-	-
Utentes	3 796,56	3 148,97
<b>Total</b>	<b>3 796,56</b>	<b>3 148,97</b>

### Perdas por Imparidade do período

Descrição	2022	2021
Clientes	-	-
Utentes	-	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>



### 10.2. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
<b>Gastos a reconhecer</b>		
Seguros	3 391,19	3 488,20
Outros Diversos	853,86	1 046,09
...	-	-
<b>Total</b>	<b>4 245,05</b>	<b>4 534,29</b>
<b>Rendimentos a reconhecer</b>		
Subsídios para investimentos	-	-
Outros Diversos	-	-
...	-	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

### 10.3. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2022 e 2021, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2022	2021
Caixa	6,59	115,06
Depósitos à ordem	135 366,16	208 393,87
Depósitos a prazo	-	-
Outros	-	-
<b>Total</b>	<b>135 372,75</b>	<b>208 508,93</b>

### 10.4. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2022	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2022
Fundos	2 106,42	-	-	<b>2 106,42</b>
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-
Resultados transitados	(358 797,14)	32 664,44	-	<b>(326 132,70)</b>
Excedentes de revalorização	-	-	-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais	807 909,72	(62 855,76)	-	<b>745 053,96</b>
<b>Total</b>	<b>451 219,00</b>	<b>(30 191,32)</b>	<b>-</b>	<b>421 027,68</b>



### 10.5. Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Fornecedores c/c	50 670,29	27 231,49
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
<b>Total</b>	<b>50 670,29</b>	<b>27 231,49</b>

### 10.6. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	2 196,38	1 199,95
Outros Impostos e Taxas	-	-
<b>Total</b>	<b>2 196,38</b>	<b>1 199,95</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	120,41	-
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	2 905,77	3 643,98
Segurança Social	10 995,21	25 861,47
Outros Impostos e Taxas	2 975,00	1 741,69
<b>Total</b>	<b>16 996,39</b>	<b>31 247,14</b>

### 10.7. Outras Dívidas a Pagar

A rubrica “Outras dívidas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2022		2021	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Fornecedores de Investimentos	-	664,00	-	3 127,54
Credores por acréscimos de gastos	-	60 991,02	-	59 081,28
Outros credores	-	1 970,71	-	2 057,39
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>63 625,73</b>	<b>-</b>	<b>64 266,21</b>



### 10.8. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 foi a seguinte:

Descrição	2022	2021
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	66 463,45	51 538,32
Materiais	5 150,45	5 405,29
Energia e fluidos	25 596,23	38 901,97
Serviços diversos (*)	29 340,43	25 108,08
Limpeza, Higiene e Conforto	15 374,13	16 863,07
Comunicação	2 706,29	2 837,34
Rendas e Alugueres	6 605,40	2 591,50
Seguros	4 632,07	2 816,17
Outros Serviços	22,54	-
<b>Total</b>	<b>126 550,56</b>	<b>120 953,66</b>

### 10.9. Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Rendimentos Suplementares	3 227,26	65 163,64
Outros rendimentos e ganhos	7 203,69	6 397,11
<b>Total</b>	<b>10 430,95</b>	<b>71 560,75</b>

### 10.10. Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Impostos	21 915,66	19 805,17
Divídas incobráveis	-	2 496,64
Outros Gastos e Perdas	13 254,74	9 164,44
<b>Total</b>	<b>35 170,40</b>	<b>31 466,25</b>



### 10.11. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2022	2021
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	12 619,67	3 455,51
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
<b>Total</b>	<b>12 619,67</b>	<b>3 455,51</b>
<b>Resultados financeiros</b>	<b>(12 619,67)</b>	<b>(3 455,51)</b>

### 10.12. Acontecimentos após data de Balanço

Desde fevereiro de 2022 a Rússia deu início a uma invasão militar em território Ucraniano. A evolução da situação geopolítica na Ucrânia, nomeadamente por via das ações militares levadas a cabo pela Rússia e a resposta de diversos países, nomeadamente Europeus e dos Estados Unidos da América, no que respeita às sanções económicas implementadas, estão a afetar os mercados globais e a evolução económica em geral.

À presente data, os referidos acontecimentos têm originado impactos macroeconómicos relevantes, em particular ao nível dos mercados de financiamento internacionais, nomeadamente a subida das taxas de juro, bem como o aumento do preço da energia, dos combustíveis e de um conjunto de bens e serviços, o que tem originado uma crescente inflação.

Face à atividade da Entidade, não se estimam impactos operacionais relevantes uma vez que não se relaciona diretamente com os países envolvidos no conflito, sendo de realçar o aumento dos custos da matéria-prima, o aumento dos custos dos serviços e atualizações salariais aos colaboradores, por via da inflação e das taxas de juro sobre os empréstimos que impactam os custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas e os resultados financeiros da entidade. A Gerência encontra-se a acompanhar e a monitorizar o desenrolar da atual situação de forma a poder tomar medidas mitigatórias caso se revele necessário.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2022 foram aprovadas pela direção em 31 de Março de 2023.

Campo Maior, 31 de Março de 2022

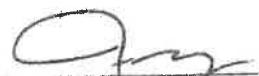
O Contabilista Certificado



Paulo Alexandre R. Poeiras

(CC nº 86452)

A Direção



Nuno Lopes